

Coordenação de Políticas Públicas: Ações e Redes Intersetoriais com Foco na Atenção Primária à Saúde

Coordination of Public Policies: Actions and Intersectoral Networks Focusing at Primary Health Care

Rafaelly Gomes Vieira¹ e Anália Rosário Lopes²

1. Mestranda em Políticas Públicas e Desenvolvimento pela UNILA. Especialista em Fisiologia do Exercício; Fisioterapeuta da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, PR. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1933-708X>

2. Doutora em Saúde Pública (EERP-USP). Professora do Curso de Medicina; Instituto Latino-Americano de Ciências da Vida e da Natureza (ILACVN); Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3822-6107>

raffyfisio@outlook.com e analia.lopes@unila.edu.br

Palavras-chave

Atenção Básica
Colaboração Intersetorial
Políticas de saúde

Keywords

Primary Care
Intersectoral Collaboration
Health policies

Resumo:

Introdução: políticas públicas possuem diretrizes que orientam ações e programas cuja finalidade é o enfrentamento de questões públicas que apresentam processos complexos. Na área da saúde, a coordenação de ações e articulação entre os níveis de atenção se destacam como elemento central entre as atribuições da Atenção Primária à Saúde (APS), que se refere à capacidade de articular e integrar os diferentes serviços de saúde, proporcionando um atendimento contínuo e integral aos indivíduos ao longo do tempo. Objetivos: apresentar o papel da coordenação de políticas públicas nas ações intersetoriais relacionadas à saúde na APS. Método: este estudo constitui uma revisão de literatura do tipo narrativa. Para realização do levantamento bibliográfico, foram consultadas as bases de dados LILACS, MEDLINE e Google Acadêmico, utilizando os seguintes descritores: “colaboração intersetorial”, redes, coordenação, “atenção primária à saúde” e “políticas públicas”. Os idiomas considerados foram o português e o espanhol, com período de publicação entre 2000 e 2022. Resultados: foram identificados 158 documentos publicados conforme a estratégia. Na análise dos trabalhos, considerando a perspectiva de redes e das ações intersetoriais, notou-se que a literatura traz uma discreta distinção, na qual a forma como os atores sociais se organiza e se relaciona expressam essa diferença. O atributo de coordenação tem seu destaque durante a implementação das políticas públicas e na sua efetividade. Para que as políticas implementadas sejam efetivas é necessário que diferentes áreas do governo trabalhem de forma integrada; é neste ponto em que a falta de coordenação pode desencadear conflitos entre os atores envolvidos na implementação, gerando prejuízos referentes à sua efetividade. Considerações Finais: a coordenação nas políticas públicas de saúde é um elemento-chave para garantir uma prestação de serviços eficiente, igualitária e de qualidade. Um sistema de saúde bem coordenado é capaz de responder de forma mais efetiva às necessidades da população, promovendo a melhoria contínua dos serviços e a promoção da saúde de todos os cidadãos.

Abstract:

Introduction: public policies have guidelines that guide actions and programs whose purpose is to confront public issues that present complex processes. In the health area, the coordination of actions and articulation between levels of care stand out as a central element among the attributions of Primary Health Care (PHC), which refers to the ability to articulate and integrate different health services, providing a continuous and

Artigo recebido em: 01.09.2023.

Aprovado para publicação em: 10.09.2023.

comprehensive care for individuals over time. Objectives: to present the role of public policy coordination in intersectoral actions related to health in PHC. Method: this study constitutes a narrative literature review. To carry out the bibliographic survey, the LILACS, MEDLINE and Google Scholar databases were consulted, using the following descriptors: “intersectoral collaboration”, networks, coordination, “primary health care” and “public policies”. The languages considered were Portuguese and Spanish, with a publication period between 2000 and 2022. Results: 158 documents published according to the strategy were identified. In the analysis of the works, considering the perspective of networks and intersectoral actions, it was noted that the literature brings a discreet distinction, in which the way in which social actors organize and relate expresses this difference. The coordination attribute stands out during the implementation of public policies and their effectiveness. For implemented policies to be effective, different areas of government must work in an integrated manner; It is at this point that the lack of coordination can trigger conflicts between the actors involved in the implementation, generating losses regarding its effectiveness. Final Considerations: coordination in public health policies is a key element to guarantee efficient, equitable and quality service provision. A well-coordinated health system can respond more effectively to the needs of the population, promoting the continuous improvement of services and promoting the health of all citizens.

INTRODUÇÃO

Após o século XVIII, um dos pensamentos mais presentes na sociedade era que a intervenção mínima do estado seria suficiente para suprir as demandas necessárias, visto que a sociedade poderia se autorregular. Posteriormente, ganharam destaque as políticas públicas, com maior protagonismo dos governos na organização da sociedade; neste momento Estados Unidos e Europa convergiam para um mesmo pensamento, ainda que um pautado nas vivências e outro em análises teóricas (SOUZA, 2006).

As políticas públicas compreendidas como diretrizes que orientam ações e programas cuja finalidade é o enfrentamento de questões públicas que interferem em direitos fundamentais ou sociais, têm processos complexos, que partem da identificação de demandas partindo para etapas operacionais (BELLINI *et al.*, 2014).

O debate da democratização trouxe, em contraponto à hierarquização de políticas, a visão de articulações intersetoriais, que vem ganhando cada vez mais espaço, muito devido ao fato de que grande parte dos problemas enfrentados pela sociedade atualmente requerem ação conjunta e integrada de diferentes setores governamentais, como saúde, educação, segurança, meio ambiente, entre outros (SPOSATI, 2006). Intersetorialidade poderia, então, ser definida como um compartilhamento de saberes, experiências, avaliação e realização de ações em prol de resultados integrados com efeito sinérgico (REPETTO, 2011).

Nesse contexto, as articulações intersetoriais podem ser compreendidas como uma lógica de gestão que transita por distintos âmbitos das políticas públicas, pressupondo a articulação entre saberes e experiências no gerenciamento dos serviços, para uma nova forma de planejamento, execução e controle de serviços, promovendo reorganizações segmentares, articulando saberes e experiências (PEREIRA, 2014; INOJOSA, 2001; NASCIMENTO, 2010).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1978), a Atenção Primária à Saúde (APS) é considerada a base de um sistema de saúde sólido e equitativo, tem a responsabilidade de coordenar os cuidados, garantindo que os pacientes recebam a assistência adequada em todas as etapas da sua jornada de saúde.

Na área da saúde, a coordenação de tais ações e articulações se destaca como um elemento central entre as atribuições da APS que se refere à capacidade de articular e integrar os diferentes serviços de saúde, proporcionando um atendimento contínuo e completo para os indivíduos ao longo do tempo. A coordenação é essencial para garantir uma abordagem integral da saúde, considerando não apenas os aspectos físicos, mas

também os emocionais, sociais e culturais; ela contribui para reduzir a fragmentação do cuidado, evitando a duplicação de exames e procedimentos, e melhorando a comunicação entre os profissionais de saúde (STARFIELD *et al.*, 2005). Frente a intersetorialidade, a coordenação é horizontal, por ocorrer em níveis compatíveis de políticas públicas (ZIMMERMANN; ELEUTERIO; GARCÍA, 2021).

Dessa forma, este estudo tem objetivo de descrever o papel da coordenação nas ações intersetoriais relacionadas às políticas públicas de saúde, bem como a atuação da APS neste processo.

MÉTODO

Este estudo constitui uma revisão de literatura do tipo narrativa acerca da coordenação nas ações intersetoriais. Para realização do levantamento bibliográfico, foram consultadas as bases de dados LILACS, MEDLINE e Google Acadêmico e utilizados os seguintes descritores: “colaboração intersetorial”, redes, coordenação, “atenção primária à saúde” e “políticas públicas”. Os idiomas considerados na busca foram o português e o espanhol, com período de publicação entre 2000 e 2022.

A revisão narrativa, apesar de sujeita a viés de seleção, se faz essencial para contribuição e ampliação de debates, corroborando para a atualização e ampliação do conhecimento (ROTHER, 2007).

Procedeu-se, então, a leitura dos resumos e posteriormente dos textos completos, com descarte das publicações com termos utilizados em contextos distintos do pesquisado neste estudo.

REVISÃO DA LITERATURA

Foram identificados 158 documentos publicados, sendo alguns excluídos devido a não abordarem a temática selecionada. Esta revisão está organizada em três seções, a primeira trata da implementação e coordenação de políticas públicas, a segunda discorre acerca de ações e redes intersetoriais e a terceira sobre a Atenção Primária à Saúde na coordenação da atenção à saúde.

1. IMPLEMENTAÇÃO E COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Redes e ações intersetoriais são de extrema importância durante a implementação de políticas públicas e é neste momento que a coordenação também tem seu destaque. Apresentada como um processo que visa garantir a integração das ações governamentais em torno de objetivos comuns, a fim de promover eficácia e efetividade no atendimento às demandas sociais, envolve diversas áreas do conhecimento, como a administração pública, a ciência política e a economia, requerendo uma abordagem multidisciplinar (SOUZA, 2018).

No ciclo de construção de políticas públicas, a implementação se trata de uma etapa essencial no processo de governança de um país, uma vez que, nessa etapa, as políticas têm a capacidade de definir e direcionar as ações do Estado. Sua eficácia é determinada por uma série de fatores, como a coerência entre os objetivos propostos e ações realizadas, a participação da sociedade civil, a capacidade governamental em gerenciar recursos e, especialmente, a capacidade de adaptar as políticas às diferentes realidades e contextos em que serão aplicadas. Segundo Ansell e Gash (2007), a efetivação de políticas públicas é um processo complexo que envolve múltiplos atores, como o Estado, a sociedade civil, o setor empresarial e a academia. Cada um desses atores possui interesses próprios e desempenha um papel fundamental na execução das políticas. Portanto, a implementação efetiva das políticas públicas requer a criação de espaços de diálogo e construção de

consensos entre esses atores, garantindo assim a legitimidade e aceitação das medidas implementadas; portanto a participação da sociedade civil é um elemento indispensável para o sucesso na implementação das políticas públicas.

De acordo com Souza (2018), a inclusão da sociedade civil nos processos de decisão e execução das políticas possibilita um maior controle social, ampliação do debate público e maior adesão da população às medidas propostas. Portanto, é imprescindível que haja mecanismos institucionais que favoreçam a participação efetiva da sociedade civil, como a realização de audiências públicas, conselhos participativos e consultas populares.

Ademais, a capacidade governamental de gerenciar recursos é, também, um fator determinante para o sucesso na implementação de políticas públicas. Segundo Bresser-Pereira (2014), é necessário que o Estado possua uma estrutura administrativa eficiente, com servidores capacitados, sistemas de planejamento e monitoramento eficazes, além de mecanismos de controle e avaliação das políticas executadas. Essas capacidades permitem que os recursos públicos sejam alocados de forma adequada, evitando desperdícios e garantindo a efetividade das ações.

Importa ressaltar a necessidade de adaptar as políticas públicas às diferentes realidades e contextos em que serão aplicadas. Conforme Arretche e Marques (2019), as políticas públicas devem considerar as particularidades territoriais, socioeconômicas e culturais das regiões em que serão implementadas, de modo a garantir o atendimento das demandas específicas de cada localidade. Para tanto, é essencial contar com estudos e diagnósticos que embasem as decisões políticas, bem como mecanismos de monitoramento e avaliação contínuos.

Em suma, a implementação de políticas públicas requer ações coordenadas entre múltiplos atores, e adaptações às particularidades de cada contexto. Ainda para que sejam efetivas, é necessário que diferentes áreas do governo trabalhem de forma integrada; é neste ponto em que a falta de coordenação pode desencadear conflitos entre os atores envolvidos na implementação, gerando prejuízos referentes à sua efetividade, o que consiste, portanto, em um desafio complexo, que demanda esforços contínuos e ações coordenadas e integradas. Através da construção de redes de governança, do fortalecimento de instrumentos de planejamento e monitoramento e da participação da sociedade civil, é possível avançar na efetividade e eficiência da gestão pública, garantindo o atendimento das demandas da sociedade (SOUZA, 2018).

O desafio da coordenação de políticas públicas começa pela identificação dos objetivos a serem alcançados. É preciso definir com clareza quais são as necessidades sociais que devem ser atendidas e como as políticas públicas podem contribuir para lidar com essas demandas. A partir dessa definição, é necessário estabelecer as metas a serem alcançadas e os critérios de avaliação do processo. A definição clara dos objetivos torna possível a formulação de estratégias eficientes para alcançá-los (CASTRO e YOUNG, 2017).

Uma estrutura institucional que facilite a conexão entre as áreas de atuação do governo também é fundamental nesse processo; além da importante participação da sociedade civil que pode contribuir para maior efetividade da política.

No entanto, é importante lembrar que a coordenação de políticas públicas não é uma tarefa fácil. Existem diversos obstáculos que precisam ser superados para garantir sua efetividade. A falta de comunicação entre as diferentes áreas de governo, a competição entre os diferentes setores pelos recursos públicos e a resistência à mudança são apenas alguns dos desafios a serem enfrentados, entretanto, a coordenação é uma atividade essencial para o bom funcionamento do Estado e na busca pela eficiência na entrega de serviços e

benefícios à sociedade. É responsável por estabelecer a articulação entre diferentes setores e níveis de governo, visando a integração de ações e recursos para atender as demandas dos cidadãos (SOUZA, 2018).

De acordo com Bresser-Pereira (2014), a coordenação de políticas públicas é um desafio constante, uma vez que diferentes áreas de atuação governamental possuem estruturas, culturas e objetivos específicos. Nesse sentido, ressalta-se a importância de se estabelecerem mecanismos de integração e diálogo entre os responsáveis pela formulação e implementação das políticas, bem como a necessidade de uma liderança centralizada para garantir a convergência de esforços.

Para Zimmermann, Eleuterio e García (2021), a coordenação de políticas públicas ocorre por meio da construção de redes de governança. Essas redes são compostas por atores estatais e não estatais que compartilham interesses e responsabilidades em determinada política. Além disso, desenvolve-se através da troca de informações, negociação e cooperação, buscando soluções conjuntas para os problemas enfrentados.

2. AÇÕES E REDES INTERSETORIAIS

Redes intersetoriais podem ser definidas como uma estratégia de gestão pública para lidar com a complexidade dos sistemas sociais, ou ainda como formas de articulação e cooperação entre diferentes setores da sociedade, como o público, o privado e o terceiro setor, para a busca de soluções conjuntas e compartilhamento de recursos no enfrentamento de problemas e desafios comuns; caracterizam-se, portanto pela participação ativa de atores de diferentes esferas, promovendo a colaboração e a integração de conhecimentos, experiências e recursos diversos. São compreendidas como uma forma de articulação entre diferentes setores e atores sociais, visando atender demandas sociais com maior eficiência e eficácia. Para sua construção é necessário um processo contínuo de negociação, aprendizagem e construção coletiva de soluções (SILVA e OLIVEIRA, 2016).

A literatura destaca a teoria da governança colaborativa, que apresenta a importância da cooperação e parceria entre atores governamentais e não governamentais para a gestão de políticas públicas. Autores como Provan, Fish e Sydow (2007) e Ansell e Gash (2007) têm desenvolvido estudos que analisam as características, objetivos, desafios e benefícios das redes intersetoriais.

Segundo Provan, Fish e Sydow (2007), as redes intersetoriais constituem-se meio de interação e articulação entre organizações dos diferentes setores, podendo surgir como estratégia de enfrentamento a problemas complexos e multifacetados, que demandam a contribuição de diferentes expertises e recursos. Os autores destacam que a formação e o funcionamento dessas redes são influenciados por fatores como a confiança, o comprometimento, a liderança, além de aspectos estruturais e contextuais.

Existem diferentes tipologias de redes, podendo ser redes de projetos, acionadas frente a um objetivo específico; redes temáticas, com maior flexibilidade, cujos atores possuem maior heterogeneidade e, portanto, menor limitação decorrente de crenças; comunidades de políticas públicas, com maior solidez devido a entendimentos compartilhados, e com maior estabilidade; ainda podem ser citadas as comunidades epistêmicas, cujos atores partilham pontos de vista. Importa ressaltar que as características das redes impactam sobre sua capacidade de orientação de políticas públicas (MASSARDIER, 2006).

Outra referência importante é a abordagem de gestão social, que enfatiza a participação ativa e a construção coletiva de soluções para problemas sociais. Autores como Pereira, Tassigny e Bizzaria (2017) destacam que as redes intersetoriais podem contribuir para a gestão social ao promoverem a integração de diferentes atores e a mobilização de recursos para enfrentar desafios compartilhados. A gestão social também

valoriza a horizontalidade nas relações entre os atores, a transparência na tomada de decisões e a construção de uma visão de longo prazo baseada na sustentabilidade e no desenvolvimento social.

O Pacto Global das Nações Unidas poderia ser citado como um exemplo de construção de redes interse-toriais, por buscar engajar empresas, organizações da sociedade civil, sindicatos e governos em ações coleti-vas e compromissos voluntários que promovam a responsabilidade social e a sustentabilidade. Essa rede per-mite, portanto, a troca de experiências, a criação de parcerias e o fortalecimento de práticas empresariais responsáveis. A Agenda 2030, proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU), também se destaca como exemplo, pois ao propor um pacto global em prol do desenvolvimento, visa garantir o progresso huma-no e o atendimento as necessidades básicas do cidadão, envolvendo processos econômicos, políticos e soci-ais, atuando em rede (ONU, 2015).

As redes intersetoriais também são mecanismos fundamentais para a promoção da cooperação e da cola-boração entre diferentes atores sociais na busca de soluções para desafios complexos. Através da articulação de recursos e conhecimentos diversos, podem contribuir significativamente para a gestão social e para a pro-moção de políticas públicas mais efetivas e sustentáveis (BRONZO, 2010).

Ao se colocarem em perspectiva não apenas redes, mas também ações intersetoriais, a literatura traz uma discreta distinção, onde a forma como os atores sociais se organiza e se relaciona expressam essa dife-rença. Enquanto as redes enfatizam a conexão horizontal entre os participantes, as ações intersetoriais envol-vem a cooperação entre diferentes setores da sociedade; as redes seriam mais flexíveis e descentralizadas em sua natureza, permitindo maior autonomia e diversidade de atores, enquanto as ações intersetoriais seriam mais formalizadas e reguladas, exigindo maior coordenação e alinhamento entre os participantes.

Redes intersetoriais têm suas conexões baseadas em objetivos comuns, interesses compartilhados e no desejo de promover mudanças sociais, dessa forma possibilitam a troca de conhecimentos, recursos e expe-riências entre os participantes, ampliando o alcance e a efetividade das ações realizadas. Por outro lado, as ações intersetoriais são iniciativas que envolvem a cooperação de diferentes setores da sociedade, como go-verno, empresas, organizações da sociedade civil e comunidade, visando abordar desafios sociais complexos. Essas ações buscam integrar diferentes perspectivas e conhecimentos para resolver problemas públicos de forma mais eficiente e sustentável (SPOSATI, 2006).

3. A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NA CORDENAÇÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE

No Brasil, as diretrizes do sistema de saúde vêm de encontro à fragmentação e a dispersão de ações go-vernamentais. Conforme destacado por Arretche e Marques (2019), a Constituição Federal de 1988 definiu a descentralização como princípio fundamental da administração pública e estabeleceu o Sistema Único de Saúde (SUS) como um exemplo de política que exige a articulação entre os diferentes entes federados.

A experiência do SUS revela desafios na coordenação de políticas públicas, como a dificuldade de har-monizar interesses e competências entre municípios, estados e união. Além disso, Lotta (2017) aponta que as mudanças políticas e a falta de continuidade nas ações governamentais também afetam a coordenação e im-plementação das políticas. Surge, então, a APS, considerada um dos pilares fundamentais para a organização de um sistema de saúde eficiente e de qualidade em diversos países ao redor do mundo, responsável por pres-tar cuidados primários mas também englobar um conjunto de ações e serviços de saúde que têm como objeti-vo centralizar a atenção no indivíduo, promovendo a prevenção, a promoção, o tratamento e a reabilitação,

cuja principal característica consiste em ser o acesso de primeiro contato e contínuo do usuário ao sistema de saúde, e que tem como papel fundamental a coordenação do cuidado nas redes de atenção à saúde.

A coordenação e ordenação da rede de saúde e das ações desenvolvidas são elementos essenciais para o bom funcionamento e eficiência do sistema. A APS desempenha papel fundamental nesse processo, sendo responsável por promover a integração e a continuidade no cuidado ao paciente em todos os níveis de atenção, considerando que atua por meio da centralização das informações e do compartilhamento de dados entre os diferentes serviços, tendo posse de uma visão integral do paciente e, portanto, a capacidade de ofertar cuidados contínuos, personalizados e orientados às necessidades individuais de cada sujeito. Assim, desempenha importante papel na promoção da equidade no acesso aos serviços de saúde. Por estar presente nas comunidades, conhecer as realidades locais e ter uma relação de proximidade com os pacientes, é capaz de identificar as demandas da população e direcionar os recursos de forma adequada, evitando desperdícios e garantindo uma distribuição mais justa dos cuidados em saúde (STARFIELD; SHI; MACINKO, 2005).

Estudos mostram que a coordenação do cuidado proporcionada pela APS contribui para a melhoria dos indicadores de saúde, redução das internações hospitalares desnecessárias, menor necessidade de serviços de urgência e emergência, além de um melhor gerenciamento das doenças crônicas (KRINGOS *et al.*, 2010). A presença de uma equipe multiprofissional na APS também é essencial para este papel de coordenação da rede, pois permite uma visão integrada e holística dos sujeitos e do território (HOGG *et al.*, 2009).

Existem alguns pontos a serem destacados ao se considerar a coordenação desempenhada pela APS:

PORTA DE ENTRADA E ORIENTAÇÃO:

A APS atua como ponto de entrada para o sistema de saúde, orientando os indivíduos para os serviços adequados dentro e fora da rede de cuidados. Isso inclui o acolhimento, encaminhamento para especialistas quando necessário e coordenação de cuidados entre diferentes níveis de atenção (CHUEIRI, HARZHEIM e TAKEDA, 2017).

CONTINUIDADE DO CUIDADO:

A APS busca garantir a continuidade do cuidado ao longo do tempo, promovendo o acompanhamento regular, a organização de registros médicos e a comunicação efetiva entre diferentes prestadores de cuidados. Isso é especialmente importante para pessoas com doenças crônicas, idosos e aqueles com necessidades complexas. Tem como objetivo viabilizar uma atenção contínua e longitudinal, ou seja, acompanhando o sujeito desde o início de seu cuidado até a alta ou continuidade do tratamento. Isso favorece a efetividade das ações de saúde, uma vez que promove a prevenção e o diagnóstico precoce de doenças, evitando complicações e internações desnecessárias (CUNHA e GIOVANELLA, 2011).

INTEGRAÇÃO DE SERVIÇOS:

A APS tem o papel de integração de diferentes serviços de saúde. Isso envolve estabelecer redes de cuidados que promovam o trabalho em equipe, a cooperação entre profissionais de saúde e a oferta de serviços abrangentes e acessíveis. Nesse contexto, promove a articulação entre os diferentes pontos de atendimento e especialidades, possibilitando uma visão abrangente e integrada do cuidado. Essa integração ocorre por meio

da comunicação e compartilhamento de informações entre os profissionais de saúde, prontuário eletrônico, bem como a utilização de outras tecnologias de informação e comunicação. Assim sendo, é possível ampliar o acesso aos serviços, melhorar a qualidade da assistência e otimizar os recursos disponíveis (BRASIL, 2019).

PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS:

A APS desempenha um papel crucial na promoção da saúde e na prevenção de doenças. Isso inclui a realização de atividades como campanhas de vacinação, aconselhamento em saúde, rastreamento de doenças e educação em saúde para a população, sendo que um de seus principais objetivos é propiciar à população estilos de vida saudáveis, capacitando-a à identificação e controle de fatores de risco para o desenvolvimento de condições mais saudáveis de vida. Também tem por atribuição realizar ações de promoção da saúde no ambiente comunitário, envolvendo a população local em atividades educativas e preventivas, que podem incluir palestras, *workshops*, campanhas de vacinação, entre outras iniciativas que visem conscientizar e engajar a população na adoção de comportamentos saudáveis. Independente da metodologia utilizada nas ações, tem como finalidade o controle de problemas de saúde crônicos que afetam grande parte da população, como diabetes, hipertensão arterial, doenças respiratórias e cardiovasculares, por exemplo (BRASIL, 2017; STARFIELD, 2002).

Por fim, atua de forma importante na redução das desigualdades em saúde, através do acesso equitativo aos cuidados de saúde; através de políticas e programas de saúde voltados para regiões mais vulneráveis, busca garantir que todos os cidadãos tenham acesso aos mesmos serviços e cuidados, independentemente de sua condição socioeconômica. Nesse sentido, a APS tem um papel importante não apenas na promoção da saúde individual, mas também na saúde coletiva, contribuindo para a redução da incidência de doenças e para o aumento da qualidade de vida da população como um todo (STARFIELD, 2002).

Cabe aqui ressaltar a importância de todos os níveis de atenção trabalharem em conjunto, compartilhando informações, estabelecendo fluxos de referência e contrarreferência e promovendo a comunicação entre os diferentes profissionais e serviços de saúde; assim também, cabe destacar, ainda que a coordenação e ordenação da atenção sejam atribuições vinculadas à APS, não se pode responsabilizá-la integralmente pela qualidade dos serviços do sistema de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Redes intersetoriais podem ser aplicadas como estratégia de intervenção frente a problemas complexos e multifatoriais; possibilitam o envolvimento de diversos setores e atores para o compartilhamento de recursos e habilidades frente a desafios comuns.

A coordenação nas políticas de saúde desempenha um papel fundamental na busca pelo atendimento eficiente e de qualidade à população. A implementação eficaz e a continuidade das ações governamentais são elementos essenciais para alcançar os objetivos estabelecidos em políticas de saúde.

A falta de coordenação nas políticas de saúde pode levar a uma série de problemas, incluindo a duplicação de esforços, desperdício de recursos, desigualdades no acesso aos serviços de saúde e prejuízo à qualidade do atendimento. Além disso, a falta de continuidade nas ações governamentais também pode comprometer o cumprimento de metas e a melhoria do sistema de saúde como um todo.

Uma coordenação eficiente traz benefícios significativos, permite uma maior integração entre os diferentes níveis de atenção à saúde, promovendo uma abordagem mais holística e centrada no paciente. Além disso, possibilita a otimização dos recursos disponíveis, evitando duplicação de esforços e garantindo a melhor utilização dos recursos financeiros e humanos, sendo também fundamental para promoção da equidade no acesso aos serviços de saúde, garantindo que todas as pessoas tenham a mesma oportunidade de receber atendimento adequado, independentemente de sua condição socioeconômica, local de residência ou qualquer outra característica.

Por fim, a coordenação nas políticas de saúde é um elemento-chave para garantir uma prestação de serviços eficiente, igualitária e de qualidade, sendo que a APS desempenha um papel fundamental e relevante no bom funcionamento do SUS. Um sistema de saúde bem coordenado é capaz de responder de forma mais efetiva às necessidades da população, promovendo a melhoria contínua dos serviços e a promoção da saúde de todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS

- ANSELL, Chris.; GASH, Allison. Collaborative governance in theory and practice. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 18, n. 4, p. 543-571. 2007.
- ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. **As políticas da política: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT**. Editora Unesp, 2019.
- BELLINI, Maria Isabel Barros, *et al.* **Políticas Públicas e Intersetorialidade em Debate**. 2014. Disponível em: <https://repositorio.pucrio.br/dspace/handle/10923/8133>. Acesso em: 20 de julho de 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção Primária à Saúde**. Portaria nº 2.979 de 12 de novembro de 2019. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.979-de-12-de-novembro-de-2019-227652180>. Acesso em: 20 de julho de 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília, 2017.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. **Lua Nova**, n. 93. P. 33-60. 2014.
- BRONZO, Carla. **Intersetorialidade, autonomia e território em programas municipais de enfrentamento da pobreza: experiências de Belo Horizonte e São Paulo**. 2010. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3992/5/PPP_n35_Intersetorialidade.pdf. Acesso em: 19 de julho de 2023.
- CASTRO, Biancca Scarpeline; YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann. Os problemas de coordenação de políticas públicas: desafios para a gestão ambiental no Brasil. **Revista Síntese (TCE-RJ)**, v. 12, n. 1, p.32-53, Rio de Janeiro, jan./jun. 2017.
- CHUEIRI, Patricia Sampaio; HARZHEIM, Erno; TAKEDA, Silvia Maristela Pasa. Coordenação do cuidado e ordenação nas redes de atenção pela atenção primária à saúde – uma proposta de itens para avaliação destes atributos. **Rev Bras Med Fam Comunidade**, v. 12, n. 39, p. 1-18. 2017.
- CUNHA, Elenice Machado; GIOVANELLA, Ligia. Longitudinalidade/continuidade do cuidado: identificando dimensões e variáveis para a avaliação da Atenção Primária no contexto do sistema público de saúde brasileiro. **Ciencia & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 1029-1042. 2011.
- HOGG, Willian; LEMELIN, Jackes; DAHROUGE, Simone; *et al.* Randomized controlled trial of anticipatory and preventive e multidisciplinary team care: for complex patients in a community-based primary care setting. **Can Fam Physician**, v. 55, n. 12, p. 76-85. 2009.
- INOJOSA, Rose Marie. Sinergia em Políticas e Serviços Públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade. **Cadernos Fundap**, São Paulo. n. 22, p. 102-110. 2001.

- KRINGOS, Dionne; BOERMA, Wienke; HUTCHINSON, Allen; VAN DER ZEE, Jouke. The breadth of primary care: a systematic literature review of its core dimensions. **BMC Health Serv Rev**, v. 10, p. 10-65. 2010.
- LOTTA, Gabriela (org.). **Teoria e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: ENAP, 2019. 324 p. 2017.
- MASSARDIER, Gilles. Redes de Políticas Públicas. IN: SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. **Políticas públicas**. Coletânea – Volume 2. Brasília: ENAP, 2006. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1267/1/cppv2_0402_mas-sardier.pdf. Acesso em: 19 de julho de 2023.
- NASCIMENTO, Sueli do. Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas. **Serviço Social & Sociedade**, p. 95-120, 2010.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. 2015. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org> Acesso em: 15 de julho de 2023.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Declaração de Alma-Ata**: Conferência Internacional sobre Cuidados de Saúde Primários, Alma-Ata, URSS, 6–12 de Setembro de 1978.
- PEREIRA, Potyara A. P. A intersetorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética. In: MONNERAT, G. L.; ALMEIDA, N. L. T.; SOUZA, R. G. (Org.). **A intersetorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas, SP: Papel Social, p. 21-39, 2014.
- PEREIRA, Maria Erica Ribeiro; TASSIGNY, Mônica Mota; DE ALMEIDA BIZARRIA, Fabiana Pinto. Terceirização e precarização do trabalho na política pública de assistência social. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 9, n. 3, p. 171-183, 2017.
- PROVAN, Keith G.; FISH, Amy; SYDOW, Joerg. Interorganizational networks at the network level: A review of the empirical literature on whole networks. **Journal of Management**, v. 33, n. 3, p. 479-516. 2007.
- REPETTO, Fabián. **Coordinación de políticas, programas y proyectos sociales**. 1. ed. - Buenos Aires: Fundación CIPPEC, 2011. 125 p. Disponível em: <https://www.cippec.org/wp-content/uploads/2017/03/2425.pdf>. Acesso em: 21 de julho de 2023.
- ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paul Enferm**. v. 20, n. 2. 2007.
- SILVA, A. M.; OLIVEIRA, F. C. Ações Intersetoriais para o Desenvolvimento Sustentável: Uma Análise do Programa X. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental**, v. 10, n. 2, p. 100-115. 2016.
- SOUZA, Celina. **Coordenação de políticas públicas**. Brasília: Enap, 2018. 72 p. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3329/1/Livro_Coordena%C3%A7%C3%A3o%20de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas.pdf. Acesso em: 18 de julho de 2023.
- SOUZA, Celina. **Políticas públicas**: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 16, p.20-45, jul/dez/ 2006. Disponível em: [SciELO - Brasil - Políticas públicas: uma revisão da literatura Políticas públicas: uma revisão da literatura](https://doi.org/10.15406/sociologias.2006.16.02.001). Acesso em: 22 de julho de 2023.
- SPOSATI, Aldaíza. Gestão pública intersetorial: sim ou não? Comentários de experiência. **Serviço Social & Sociedade**, v. 85, p. 133-141, 2006.
- STARFIELD, Barbara. **Atenção Primária**: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002.
- STARFIELD, Barbara; SHI, Leiyu; MACINKO, James. Contribution of primary care to health systems and health. **Milbank Q**, v. 83, n. 3, p. 457-502, 2005.
- ZIMMERMANN, Silvia Aparecida; ELEUTERIO, Ana Alice; GARCÍA, Antonio De La Peña. Desafíos y respuesta en la coordinación de políticas alimentarias en Brasil durante la pandemia de COVID-19. **Revista de Estudios Sociales**, n. 78, p. 110-126, 2021.